

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR GESTOR DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO (RJ), OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA APRECIAR ESTE RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. Pregão Eletrônico n. 236/2023
Processo n. 16.614/2023

A empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.089.746/0001-60, estabelecida na Rua Adelino Pereira Valente, 146 na Cidade de Nova Friburgo/RJ - CEP 28.625-535, e-mails: manaelmnj@yahoo.com.br; marilenerepresentacao@gmail.com, vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor RECURSO, em face da habilitação da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, inscrita no CNPJ sob o nº 44.558.285/0001-56
RECURSO ADMINISTRATIVO

REF. OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA O LOTE 1 HORTIFRUTIGRANJEIROS.

1) DOS FATOS

De acordo com o edital supra mencionado a licitante apresentou documentos de forma inconsistente, ferindo o princípio da transparência a saber:

a) DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

Subitem: "17.2.1 - O licitante vencedor deverá apresentar juntamente com a proposta o Certificado de Registro de Produtos no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., podendo também apresentar o espelho do registro do produto disponibilizado no site da ANVISA (art. 12º da Lei Federal nº 6.360/1976; art. 14º do Decreto Federal nº 79.094/1977), quando aplicável. "

A licitante feriu o princípio da transparência, quando em sua proposta informa que a marca é TRADICIONAL e não apresenta o Registro do Produto para o item OVO, uma vez que, todo produto de origem animal deve ser registrado nos meios vinculados, conforme especifica no subitem acima mencionado.

b) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA item 22.1 do edital:

"22.1 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição. "

Nota-se que a licitante apresentou os atestados de capacidade técnica, porém não estão explícitos, os objetos e as quantidades, assim como referência de notas fiscais quanto ao objeto ofertado.

Ressaltamos que dentre os atestados encontra-se um ainda em fase de elaboração, pois se encontra no arquivo word, pronto para ser concluído, mas não houve a finalização do mesmo, pois não há assinaturas, sendo este apócrifo, o que invalida tal documento.

Ilustre comissão este sub item é claro... que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Uma vez que a licitante não menciona os itens que foram fornecidos em seus atestados de capacidade técnica o mesmo não deve prosperar, pois como saber se o objeto é compatível com o Termo de Referência.

C) DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO item 18.4 do edital:

"18.4 - Deverá apresentar ainda as DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo. (ANEXO IV)"

A licitante assinalou que se enquadra nos termos abaixo:

"... se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14..."

Sendo a licitante Microempreendedor Individual, em nosso entendimento a mesma não deveria assinalar o documento abaixo mencionado, uma vez que, não se enquadra, nesta situação segundo o edital, como abaixo transcrevemos.

"*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa"

Frise-se que no edital não menciona a admissão de licitante na condição de MEI, destacamos que no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja condição atual a mesma consta na condição de MEI.

“Situação Atual Enquadrado na condição de MEI”

Contudo, fato este que também não deverá prosperar pelo seguinte motivo:

O edital menciona que os licitantes devem realizar as suas propostas e declarações em PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE, devendo ainda conter de forma legível: Nome e Cargo, fato este que não ocorreu; tendo tão somente uma assinatura não legível no próprio modelo do órgão, cujo os logos são da Prefeitura.

Um outro fato a ser analisado é que a licitante na condição de MEI foi dispensada de ALVARÁ, no caso de se fazer necessário localizá-la, tal fato, pode se tornar impossível e ainda se falando em garantia, qual a garantia que o órgão público terá no caso da Micro Empreendedor Individual deixar de cumprir a sua parte na licitação.

Consequentemente, a mesma como anteriormente dito informou que seu produto no caso do item OVO, cuja marca TRADICIONAL, ou seja, ela desconhece a marca que entregará, produto este de origem animal e que se faz necessário o Registro do Produto, como saber se o produto a ser fornecido pela licitante encontra-se legalmente inscrito, aprovado e regularizado nos órgãos competentes?

2) DO DIREITO

Diante dos fatos acima apresentados, nota-se com clareza que a empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, não cumpriu com uma série de requisitos prescritos no edital, logo, tal habilitação carece de direito de prevalecer no certame, como bem mencionado anteriormente, assim deixa, a licitante de fazer e realizar os seguintes requisitos transcritos no edital, a saber:

Registro do Produto (OVO);

Atestados de capacidade técnica, sem informar a execução ou objeto compatível;

Declaração Unificada, assinalada de forma incompatível;

Papel Timbrado e dados do responsável pela assinatura, ausente;

Alvará sanitário.

Dessa forma, necessário se faz a reavaliação e modificação da decisão tomada em fase da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, que a habilitou, sendo certo, todavia, que vários itens necessários e de caráter indispensável deixaram de ser cumpridos pela licitante, dessa forma, repita-se, necessário se faz que seja reavaliada a decisão que habilitou a empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, inscrita no CNPJ sob o nº 44.558.285/0001-56, e outra decisão seja proferida para que se restabeleça a Justiça e o Direito, conforme os fatos apresentados.

3) DO PEDIDO:

Que seja reavaliado o parecer técnico emitido por esta comissão que habilitou a empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, por não ter cumprido na íntegra o Edital de Licitação.

E é na certeza de poder confiar na sensatez desta comissão avaliadora, assim como no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos pedindo que seja desclassificada a licitante por ser uma questão de Justiça e de Direito.

Nova Friburgo, 10 de janeiro de 2024.

Nestes Termos,
Para Deferimento.

Jorge Martins
RG nº 2.620.934-6 DETRAN/RJ
CPF nº 235.501.717-49
Procurador

Fechar